

## ÁREA: Economia

### A Contribuição do Sistema Cooperativista para o Desenvolvimento Econômico e Social em uma Sociedade Globalizada

CREPALDI, Jesus<sup>1</sup>

BASTOS, Luciana Aparecida<sup>2</sup>

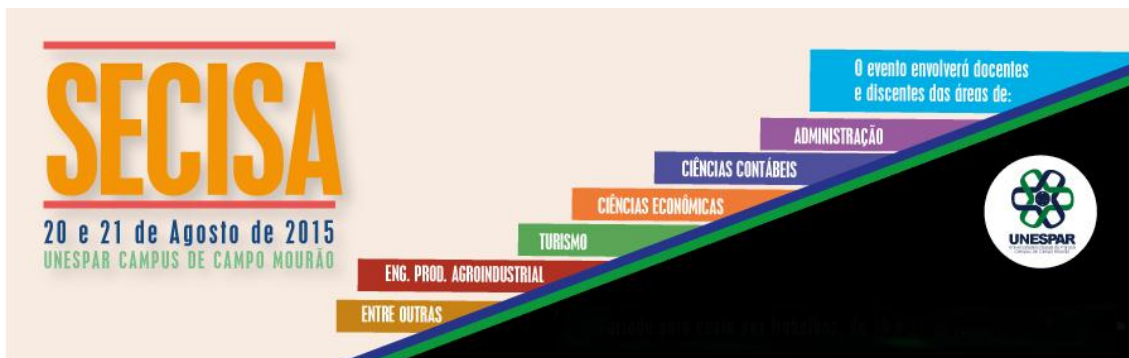
ROSA, Tatiana D. Lourenzi F.<sup>3</sup>

Este trabalho teve por objetivo avaliar a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento de benefícios coletivos para aqueles que a globalização excluiu de uma forma ou de outra, em toda a sociedade brasileira. Justifica-se pela relevância em apresentar estudos que possam mostrar a sociedade os principais conceitos, significados e movimentos cooperativos, com o intuito de avaliar quais os fatores que levam as sociedades cooperativistas a um desenvolvimento social e econômico, fatores estes que contribuem para o combate à exclusão social, incremento nos recursos financeiros, diminuição do desemprego, melhora na educação, habitação e saúde. A metodologia utilizada foi estudo de bibliografias e publicações específicas sobre o cooperativismo pretendendo-se assim criar uma visão geral em relação ao tema proposto. Os resultados da pesquisa servirão para fins informativos, fornecendo aos interessados orientações diversas sobre as sociedades cooperativistas, bem como fatores importantes que levam as cooperativas a contribuir para um desenvolvimento social e econômico, que por sua vez tem uma relação direta para como o combate a exclusão social, causada pelas grandes mudanças econômicas, sócias e culturais, em decorrência da globalização.

<sup>1</sup>Professor Me Assistente do Colegiado de Ciências Econômicas da UNESPAR-Câmpus de Campo Mourão. [jcrepaldi@uol.com.br](mailto:jcrepaldi@uol.com.br).

<sup>2</sup>Professora Dr<sup>a</sup> Adjunta do Colegiado de Ciências Econômicas da UNESPAR-Câmpus de Campo Mourão [singerlu@gmail.com](mailto:singerlu@gmail.com).

<sup>3</sup>Professora Me Assistente do Colegiado de Ciências Econômicas da UNESPAR-Câmpus de Campo Mourão. [tatianalourenzi@gmail.com](mailto:tatianalourenzi@gmail.com).



## Capitalismo X Cooperativismo

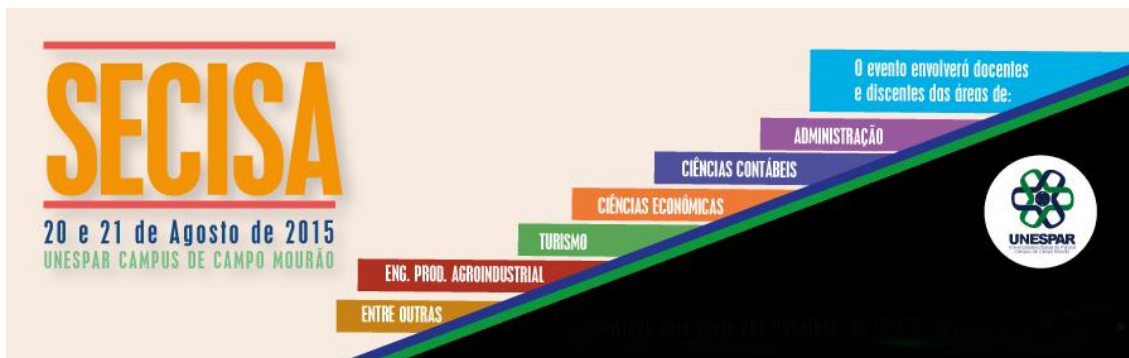
A Revolução Industrial a partir de 1750, alterou extremamente as condições de vida do trabalhador braçal, onde os operários atuavam em péssimas situações, chegando a sua jornada de trabalho de até 18 horas diárias, sendo que habitavam residências sem o mínimo de conforto, recebiam um salário medíocre, onde a mão de obra mais procurada era de mulheres e crianças, pois o salário era ainda menor, além disso, pagavam muito caro pelos alimentos e vestuários (BENATO, 2003).

A introdução de máquinas a vapor, ao mesmo tempo em que gerava a formação de classes assalariadas, gerava também o desemprego de milhares de operários, que conseqüentemente sem trabalho, não haveria renda e assim não poderiam se alimentar e se vestir, resultando em um inevitável desajuste social (OLIVEIRA, 1984). Neste período, temos a clara *associação* dos grandes fabricantes, ocasionando um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo de produção em um nível econômico e social sem precedentes, o sistema capitalista enraizou-se não só nas estruturas do Estado, bem como, no modo de pensar dos indivíduos.

O progresso assiste seu ápice com a globalização, onde o consumo passa a reger os interesses dos mercados, e o poder da publicidade apelativa traduz o sentimento de inclusão dos mais favorecidos, e a exclusão ferrenha daqueles a margem desta nova comunidade cosmopolita.

Nesse contexto surge o movimento cooperativista com início em 1844, quando um grupo de operários, 28 homens e 1 mulher, tecelões de Rochdale, se reuniram, para se livrar da miséria, e inauguraram um armazém cooperativo para oferecer aos sócios pequenas quantidades de manteiga, açúcar, farinha de trigo e de aveia e, posteriormente, fumo e chá. Esse é o marco da origem do cooperativismo, com as mesmas características e princípios até hoje seguidos. Fundado no ideal de solidariedade, tem por finalidade administrar a empresa em favor dos seus próprios sócio-cooperados (SANTOS, 2006).

O cooperativismo surgiu como a solução de recolocar os trabalhadores excluídos e produtores acerca dos novos formatos do mercado de trabalho e consumo.



O ato de cooperar é uma das alternativas para promover a reinserção dos sujeitos a esta nova sociedade, reavivar a dignidade humana dos excetuados e amenizar eventuais conflitos sociais que podem vir a emancipar-se.

A promoção da melhoria da renda e do fator social, acompanhados de resultados que expressem a melhoria da qualidade de vida daqueles que aderiram ao fenômeno “trabalhador” cooperativista.

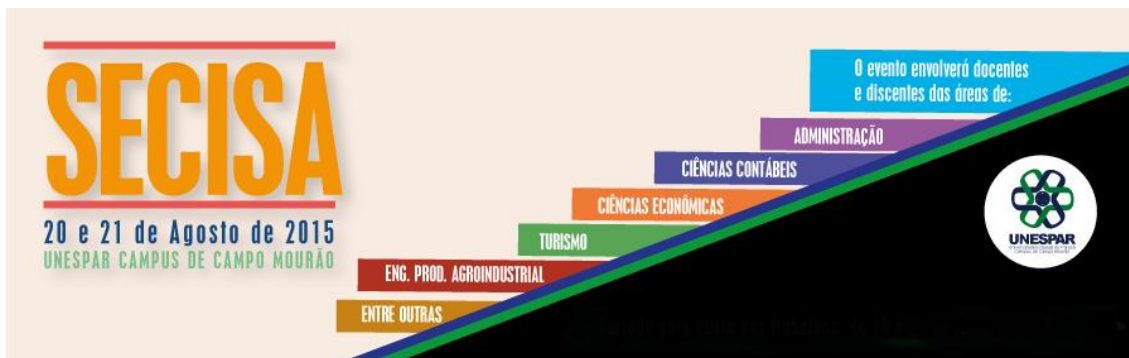
O cooperativismo tem como finalidade interesses comum, visando à obtenção de resultados úteis e ações conjuntas. Como uma das possíveis soluções a esta caótica situação, o cooperativismo, possibilita amenizar a exploração da mão-de-obra, valorizando a força do trabalho e proporcionando uma remuneração adequada de forma a melhorar a qualidade de vida do trabalhador (SANTOS, 2006).

Em outras palavras o cooperativismo se difere dos outros tipos de empreendimentos, pois buscam o desenvolvimento econômico e o bem estar social simultaneamente. Seus princípios são baseados na união das pessoas, democracia, solidariedade, autonomia, que visa à prosperidade conjunta e nunca a individual.

No Brasil o processo da cultura cooperativista, aconteceu no século XIX o Movimento Cooperativista Brasileiro, estimulados por funcionários públicos, militares, entre outros. A primeira cooperativa de consumo registrada no Brasil foi, na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, no ano de 1889, As cooperativas de crédito nasceram em 1902, por estímulo do Padre suíço Theodor Amstadt, no Rio Grande do Sul, poucos anos depois surgiram e desenvolveram as cooperativas agropecuárias no ano de 1906, fomentadas por produtores agropecuários, que em sua maioria eram imigrantes europeus, especialmente italianos e alemães, onde suas contribuições para o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil foram incontestável (OCB, 2012).

No Brasil no ano de 2011, o número de associados era de 5.672,000 e 6.586 cooperativas, onde geram 296.286 empregos.

No ano de 1971, foi promulgada a Lei n.º 5.764 que, entre outras regras, exigia que todas as cooperativas se registrassem previamente no Conselho Nacional do Cooperativismo, e ainda, a lei reconheceu a Organização das Cooperativas Brasileiras



(OCB) como representante do movimento no País e definiu as relações entre os cooperados e a cooperativa, o chamado Ato Cooperativo (OCESP, 2012).

Para representar as cooperativas existem diversas organizações, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) nasceu em 1895, sendo a primeira organização não governamental a quem a ONU concedeu status de órgão consultivo, tem como finalidade fomentar e fortalecer cooperativas autônomas em todo o mundo e ainda procura promover e defender os princípios do cooperativismo (OLIVEIRA, 1984).

A pesquisa foi essencial para demonstrar essa oposição às ideias capitalistas. Demonstrar como o *cooperar* pode trazer benefícios coletivos para aqueles que de alguma forma acabaram excluídos do sistema dos moldes econômicos atuais. Atualmente o setor cooperativo reúne cerca de 01 bilhão de pessoas em mais de 100 países, gerando aproximadamente mais de 100 milhões de empregos nos cinco continentes. Em 2010, as 300 maiores cooperativas do planeta tiveram uma movimentação financeira de 1,6 trilhões de dólares (ICA, 2012).

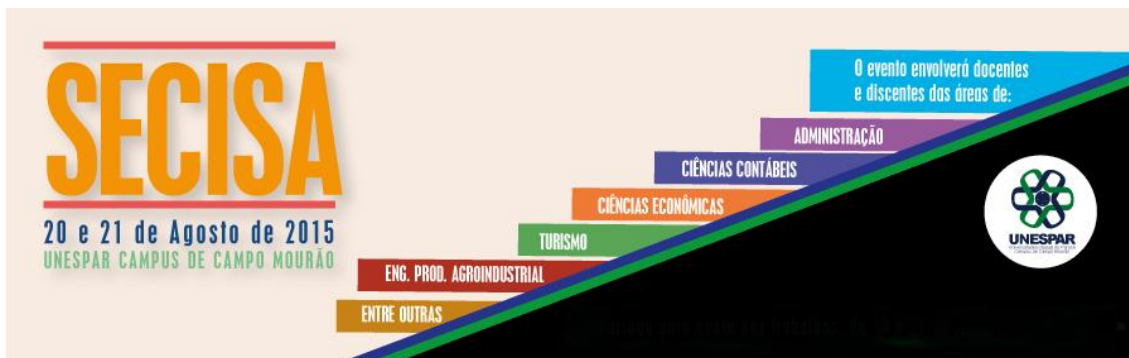
O cooperativismo se apresenta com uma opção para amenizar os problemas enfrentados pelo capitalismo, através de autogestão, visa agregar valor e melhorar sempre o econômico, social e cultural na vida de seus cooperados e familiares. Quanto maior a participação dos cooperados, maiores são as possibilidades de sucesso. O processo fundamental consiste em distribuição de sobras, investimento em educação e treinamentos. Os cooperados são proprietários, clientes, e fornecedores, quanto maior for a fidelização do cooperado, maior será a possibilidade de sucesso.

## Referências:

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do cooperativismo**. São Paulo: OCESP; SESCOOP, 2003. 204p.

OLIVEIRA, Nestor Braz. **Cooperativismo: guia prático**. 2 ed. Porto Alegre: Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, 1984. 303 p.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Disponível em: <http://www.ocb.org.br>. Acesso em: 10 abr 2012.



ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Portal do Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.ocespar.org.br/default.php>. Acesso em: 05 mar 2012.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Disponível: <http://www.ica.coop/al-ica/>. Acesso em: 08 maio 2012.

SANTOS, R. C. **Relações Terceirizadas de Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2006.